

«Aurora colonialis» e pequenos crepúsculos ulteriores

Não vamos falar, ou falaremos muito pouco, do início da colonização alemã nos Camarões, mas vamos deter-nos sobre o alvor e o fim de outras, nem todas europeias. Estes «funerais» são, frequentemente, medíocres e raramente pacíficos.

Começemos por uma obra — o termo não é demasiado forte — como já não se ousa publicar nos tempos que correm: mais de 400 páginas em papel brilhante, 24 × 32 cm, encadernadas, compilando centenas de mapas, fac-símiles e outras ilustrações a cores, em cinco edições: holandês, francês, inglês, espanhol e português. Um trabalho colossal de pesquisas pluricontinentais e, sobretudo, com um custo de produção que desconhecemos, mas que só foi possível reduzir pelo apoio financeiro de vários bancos, empresas e fundações belgas ou britânica. Em suma, um monumento¹ cujo arquitecto não é um historiador ou um politólogo, mas um homem de negócios — o que deve ter ajudado a encontrar os subsídios —, maluco pela filatelia e pela história postal belgas. Com que objectivo? Revelar aos seus compatriotas que, para além do Congo, do Ruanda e do Burundi, os seus antepassados fundaram, fora da Europa, embriões de colónias nos Açores, nas Canárias, nos Estados Unidos, nas Índias, em Tristão da Cunha, na Nova Zelândia, na Guatemala, no Brasil, na Guiné (Conacri), na Argentina, no Sudão, no Uganda e na Antárctida. Numa época de dúvidas, em que forças centrífugas pretendem dissolver a Bélgica, compreendemos melhor o interesse de mecenas locais em promoverem a valorização da herança comum aos flamengos e aos valões: o expansionismo ultramarino narrado e gloriosamente ilustrado.

¹ Patrick Maselis, *Des Açores à la Nouvelle Zélande*, Roeselare, Bélgica, Roularta Books, 2005, 419 páginas, com um milhar de ilustrações a preto e branco e a cores.

No que diz respeito aos lusófonos, ficarão, provavelmente, felizes por se documentarem sobre a presença flamenga nos Açores (a partir de 1432, pois Patrick Maselis é um caçador obstinado em desenterrar o que há de mais antigo de «belgitude» na descoberta do arquipélago). Uma quinzena de páginas que, apesar de não terem sido escritas segundo os cânones dos historiadores, fervilha de detalhes e de reproduções de cartas ou envelopes, atestando a influência flamenga nas ilhas. É claro que os moinhos de vento, os olhos azuis e mesmo os vestidos das mulheres perduraram muito mais tempo do que a língua dos colonos.

Esperávamos que o autor nos desse informações sobre os protobelgas incluídos na feitoria «austriaca» que se tornaria Lourenço Marques, mas não encontramos nada sobre este assunto. Em contrapartida, apesar de a colónia de naturais de Antuérpia em Tristão da Cunha ter tido uma existência teórica de apenas dez anos, o autor brindou-a com uma apostilha. Mas ele trata com bastante mais detalhe (pp. 139-159) a verdadeira colónia belga de Rio Nunez (1848-1858), que chegou mesmo a ser apoiada por uma intervenção naval franco-belga. Aquilo que Maselis não conta é que esta foi fundada sobre um território ainda virtualmente português [cf. René Pélissier, *Naissance de la Guinée. Portugais et Africains en Sénégambie (1841-1936)*, Editions Pélissier, Orgeval, 1989, 488 páginas], mesmo que Lisboa não tenha, ao que parece, protestado contra esta usurpação. É, evidentemente, a propósito do Congo que encontraremos mais referências aos portugueses e aos viajantes estrangeiros que atravessaram ou se estabeleceram em Angola e em Cabinda. Em relação a esta colónia, o especialista em história postal revela-nos a sua colecção de uma riqueza iconográfica fabulosa (por exemplo, um envelope endereçado ao «Monsieur D. Pedro VII — Rei do Congo, São Salvador do Congo», de 1936!) e não é avarento nas «imagens». Resumindo, trata-se de um livro a recomendar aos amantes da «pequena história» e a todos aqueles que se interessam pela «grande», mas que nunca terão meios para encontrar sob uma mesma cobertura tantas ilustrações sobre os territórios «lusófonos» nas vésperas da colonização real. Um belo trabalho, incontavelmente útil.

Confinado nas auroras coloniais, introduzamos dois outros volumes, ainda mais pesados². No caso da Dinamarca, a aurora durou de 1658 a 1850, mas não chegou a ver o sol do meio-dia, pois Copenhaga vendeu os seus fortes aos britânicos, retirando-se assim da África ocidental, sem ter tido recursos para aí implantar uma verdadeira colonização. O que não impediu que esta longa presença na costa (e no pequeno *hinterland*) do Gana e,

² Ole Justesen (ed.), *Danish Sources for the History of Ghana (1657-1754)*, vol. 1, 1657-1735, vol. 2, 1735-1754, Copenhaga, The Royal Danish Academy of Sciences and Letters, 2005, vol. 1, xxxviii-500 páginas, e vol. 2, 501-1058 páginas.

complementarmente, do Togo actuais desse lugar a uma documentação extraordinariamente rica sobre as populações e os Estados africanos com os quais algumas dezenas de dinamarqueses entraram em contacto localmente. O único problema para a exploração dos arquivos afro-dinamarqueses prende-se com o facto de os seus documentos terem sido redigidos em vários dialectos dinamarqueses e em escrita gótica, praticamente indecifrável, mesmo para especialistas não dinamarqueses em epigrafia. Este problema foi superado graças à transcrição e, depois, à tradução para inglês (esta última realizada por James Manley) de uma selecção dos documentos mais importantes e da sua anotação (por Ole Justesen). Trabalho de grande erudição, minucioso e exemplar que, o que não é provavelmente um acaso, foi em parte financiado pela Fundação Carlsberg das cervejeiras homónimas. Os portugueses de São Tomé e do Brasil aparecem pouco nestes textos, excepto como compradores de escravos. Em contrapartida, o crioulo luso-africano surge como a língua veicular entre os negreiros dinamarqueses e os seus vendedores de tal forma que pelo menos 20 palavras utilizadas na correspondência em dinamarquês com Copenhaga são corruptelas de palavras portuguesas. É claro que este trabalho de recolha de fontes e da sua edição deve ser continuado até 1850. Com mais um esforço passaríamos a dispor do mais formidável conjunto de documentos sobre uma protocolonização abortada, mas que durou cerca de dois séculos. Longa de mais, mesmo para uma aurora boreal.

E a colonização suíça? Essa não existiu, mas a Suíça forneceu um número apreciável de viajantes, exploradores e cientistas de várias especialidades — sem falar de colonos individuais e de missionários — aos impérios dos seus vizinhos. Indirectamente, podemos ver um deles em actividade graças ao *Fotofieber*³, uma espécie de catálogo — muito comentado — de um fundo de 274 fotografias, «esquecido» no Museum der Kulturen, de Basileia. Elas foram captadas por um médico antropólogo natural de Basileia no decurso de duas viagens (realizadas em 1883 e 1884) ao longo da costa ocidental africana. Durante a segunda viagem, ele assiste à tomada — sangrenta — de Douala pelos alemães: a verdadeira *aurora colonialis* de Berlim. Mas, se o nosso viajante chega até Ambrizete em 1883 e visita Cabinda em 1884, a selecção de 96 fotografias reproduzidas neste volume diz sobretudo respeito à Madeira, à Nigéria e ao Gabão. Existem também algumas reproduções de fotografias captadas em Fernando Pó e em Massabi (Cabinda), mas não são de Passavant. Em compensação, o texto comporta especialmente estudos de historiadores e antropólogos actuais sobre o turismo nos anos

³ Jürg Schneider, Ute Rösenthaler e Bernhard Gardi (eds.), *Fotofieber. Bilder aus West- und Zentralafrika. Die Reisen von Carl Passavant 1883-1885*, Basileia, Christoph Merian Verlag, 2005, 247 páginas, com fotografias a preto e branco.

1880-1890 na Madeira e as companhias de navegação que operavam na África ocidental até Moçâmedes. Assim, para além do interesse sociológico e histórico das imagens apresentadas neste volume, podemos ainda repescar coisas úteis nos seus comentários.

Na viragem da «noite pré-colonial» para a aurora — variável segundo os colonizadores — devemos, absolutamente, recomendar um livro que me parece ser o mais profundo, em termos de amplitude cronológica (*grosso modo*, abrange os séculos XVII a XIX), alguma vez publicado sobre a Guiné-Bissau e que tem um ponto de vista bem particular: o papel das mulheres nas trocas comerciais. Podemos mesmo dizer que com esta obra de Philip J. Havik⁴ é pela primeira vez dado à «crioulidade» feminina numa antiga colónia africana de Portugal o seu verdadeiro valor. Que eu saiba, não existe nada de semelhante para Angola ou Moçambique e, à falta de ter muitos leitores, o seu livro recolherá, pelo menos, a atenção de toda a lusofonia «de saias» em África entre os adeptos de Clio e de Mnemósine. Sem falar das senhoras que têm a cargo as aquisições das bibliotecas dotadas de alguns recursos económicos. Trata-se de um livro que está na moda, pois interessa-se, simultaneamente, pela antropologia cultural, pelas mulheres, pela história económica, pela política (?) dos colonizadores, um pouco pela resistência anticolonial, muito pela escravatura, pelo tráfico negreiro e por muitos outros temas actualmente em voga. Mas o que mais me atrai nele é o facto de o autor ter consagrado perto de quinze anos a redigir esta tese, tanto na Europa como na Guiné-Bissau, o que lhe permitiu — enfim — explorar os arquivos coloniais, aparentemente sem restrições, tanto em Lisboa como na Praia e em Bissau. Trata-se de um progresso que fará felizes os historiadores que, como eu, diante de arquivistas desconfiados e reticentes (provável velha herança do Estado novo), mais não puderam fazer do que marcar passo. Além disso, tendo a sua bibliografia absorvido o essencial do que haviam já encontrado os seus antecessores, não será de espantar que ela ocupe 25 páginas. Não podemos, evidentemente, resumir aqui esta tese (Leiden). Pessoalmente, insistirei sobre as dezenas de páginas consagradas às grandes negreiras de inícios do século XIX, à família e à vida desse esclavagista patriótico que foi o governador Honório Pereira Barreto, tão louvado pelos luso-tropicalistas oficiais, ao declínio da cultura do amendoim, etc. O leitor criticará o autor por não ter dotado a sua obra de um índice, o que obriga a ler tudo quando procuramos, por exemplo, o que existe de verdadeiramente «português» na colónia belga de Rio Nunez. Mas, enfim, o livro aí está e agora é preciso que alguém tenha a coragem de reunir todos

⁴ Philip J. Havik, *Silences and Soundbytes. The gendered dynamics of trade and brokerage in the pre-colonial Guinea Bissau Region*, Munster, Lit Verlag, 2004, 402 páginas, com um anexo de fotografias a preto e branco e quadros estatísticos.

os ténues fios, antigos, persistentes ou quebrados, que uniram um dia estes «mestiços», longínquos descendentes, reais ou imaginários, dos portugueses, desde o Senegal até ao Cunene. Vasta ambição!

Com o texto seguinte estamos perante uma «aurora» prolongada quase até chegar a proximidade do crepúsculo. Curiosamente, *A persistência da História*⁵ assegura muito bem a transição com a área geográfica imediatamente precedente, pois, de entre os doze contributos que a compõem, quatro, se não mesmo cinco, dizem respeito ao binómio Cabo Verde/Guiné, o que é bastante raro numa recolha que visa a maior parte dos PALOP. Uma parte desses doze capítulos foi já publicada em revistas. A secção que se refere mais à *aurora colonialis* é a intitulada «Vulnerabilidade imperial», na qual Wilson Trajano Filho esboça um quadro bastante negro, mas bem documentado, da fraqueza portuguesa na Guiné e em Cabo Verde. Para um antropólogo que se aventura na viragem do século XIX para o XX, trata-se de um golpe de mestre. O livro contém, igualmente, artigos muito interessantes sobre a medicina dos goeses de Moçambique e outros sobre as elites, a situação do Portugal pós-colonial, etc. As bibliografias são boas e, globalmente, o leitor ficará satisfeito com este volume.

Se nos voltarmos agora para os crepúsculos coloniais, a colheita é rica, pelo menos em quantidade. Limitar-nos-emos, por agora, a recensear alguns textos colectivos. O primeiro⁶ é o que compreende mais séculos, espaços e temas, já que nele encontramos comunicações sobre a África na estratégia antimuçulmana da Companhia de Jesus (séculos XVI-XVII), a morte de D. Sebastião em Marrocos, a comissão de controlo (em Cabo Verde) do tráfico negreiro, um naturalista italiano (Leonardo Fea) nas três pequenas colónias atlânticas de Portugal, as relações sócio-culturais entre Portugal e a Guiné-Bissau, a guerra colonial em *Até hoje*, de Álamo Oliveira, a «marche verte» marroquina vista pela imprensa espanhola (1975-1976), para além de 23 outras comunicações. Trata-se, em geral, de uma obra bem trabalhada e mesmo, por vezes, inovadora. O colóquio internacional que esteve na base desta obra realizou-se em 2001 e a publicação das actas beneficiou de múltiplos apoios, entre os quais um do Instituto Camões.

Cerca de metade de um outro livro, que me parece não ter tido uma grande difusão em França, devido, nomeadamente, à indiferença dos emigrantes e dos descendentes de emigrantes portugueses em relação à leitura,

⁵ Clara Carvalho e João de Pina Cabral (orgs.), *A persistência da História. Passado e contemporaneidade em África*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, 393 páginas, com fotografias a preto e branco.

⁶ Françoise Massa (org.), *Le Portugal et l'Espagne dans leurs rapports avec les Afriques continentale et insulaire*, Rennes, Equipe ERILAR, Université Haute Bretagne, Rennes 2, 2005, 327 páginas.

é consagrada à descolonização portuguesa e a alguns dos Estados que dela emergiram. Esta recolha⁷ de contributos resultantes de um colóquio organizado em Junho de 1999 pela Université Paris 8 (Vincennes/Saint-Denis) faz o ponto da evolução verificada em Portugal e, acessoriamente, nos quatro principais PALOP. É evidente que nenhum dos seus autores lamenta a descolonização e alguns fornecem elementos concretos e sistemáticos. O melhor texto, neste caso, parece ser o de Yves Léonard. Mas o que mais me surpreendeu foi ficar a saber (p. 122) que o Círculo de Leitores terá vendido mais de 100 000 exemplares da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso. Qual é o editor em França que ousa sonhar vender de uma história da França, em 8 volumes, mais de 600 000 exemplares? É verdadeiramente fabuloso! E, no entanto, encontraremos entre este mesmo grande público os mesmos clichés sobre os «500 anos de colonização». Por isso, continua a haver trabalho para os historiadores portugueses, ou traduzidos em português, que se interessem pelo ultramar. E, a avaliar pela ausência dos seus livros não apenas nas bibliotecas municipais, mas mesmo naquelas que se pretendem universitárias em Portugal, o «labirinto da saudade imperial», permanecerá ainda por muito tempo o domínio inviolado do Minotauro. Jovens investigadores lusófonos, às armas! Os velhos fantasmas correm atrás de vós.

E, por falar em fantasmas, gostaria de assinalar o excelente trabalho de António Luís Marinho, que, no seu livro *Operação Mar Verde*⁸, nos revela um, bem vivo, que, em Novembro de 1970, tentou — e falhou — um feito de armas digno de Afonso de Albuquerque. Em plena guerra, que acabaria mal para os portugueses na Guiné, um «guerreiro aristocrata» (p. 21), o oficial da marinha Alpoim Calvão, tentou, com apenas 33 anos, inverter o curso inexorável da história colonial.

Invadir por mar a capital de um país inimigo, fomentar um golpe de Estado e derrubar o seu presidente (o ditador Sékou Touré em Conacri), libertar os 26 prisioneiros portugueses detidos pelo PAIGC, destruir as suas instalações, fazer cativos os seus líderes e talvez eliminá-los, neutralizar as forças navais do PAIGC e de Sékou Touré, assim como as forças aéreas da Guiné-Conacri, eram os principais objectivos da missão confiada a este jovem oficial dos fuzileiros navais. Ele mesmo propôs o plano inicial (sem incluir a dimensão política) a Spínola, que não queria a morte de Amílcar Cabral, mas a sua detenção, segundo as suas afirmações posteriores (1989).

⁷ Maria Helena Araújo Carreira (org.), *De la Révolution des oeillets au 3^{ème} millénaire. Portugal et Afrique lusophone: 25 ans d'évolution(s)*, Travaux et Documents 7-2000, Saint-Denis, Université Paris 8, 2000, 298 páginas.

⁸ António Luís Marinho, *Operação Mar Verde. Um documento para a história*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, 301 páginas, com fotografias a sépia.

De facto, face aos documentos fornecidos por António Luís Marinho, parece claro que a operação foi aprovada contra vontade tanto no seio do gabinete de Marcelo Caetano como entre as tropas africanas portuguesas, encarregadas de fazerem crer que se tratava de um simples caso de oposição a Sékou Touré. 230 soldados luso-guineenses e menos de 200 apoiantes guineenses a uma mudança do regime era muito pouco para tomar uma capital, mesmo que africana. À distância de mais de uma geração, o historiador externo pode concluir que a missão resultou numa derrota parcial devido ao desentendimento entre Spínola e a marinha, à mediocridade das informações da PIDE/DGS sobre a Guiné-Conacri e o PAIGC no exílio, à falta de entusiasmo dos comandos africanos, dos quais 26 desertaram mesmo em Conacri, à tradicional debilidade da organização interna do comando português, à incapacidade total dos que conspiravam contra Sékou Touré, à insuficiência de efectivos e, por último, à falta de fé numa vitória militar na Guiné. «Mar Verde» constituiu uma tentativa de adiar, pela *panache* e pela audácia, uma derrota que se anunciava inevitável. Não sabemos se o prolongamento dos combates durante os três anos e meio que decorreram entre finais de Novembro de 1970 e Abril de 1974 deve ser atribuído à resistência física dos soldados portugueses, à obstinação desesperada do aparelho pós-salazarista desorientado ou à incapacidade do PAIGC para abater rapidamente os seus inimigos, que, no entanto, tinham, no mínimo, cinco a oito vezes mais soldados.

Qualquer que tenha sido a razão, lemos este livro com tanto interesse como se se tratasse de uma crónica oriental do século XVI que tivesse lugar nos mares das Índias. Sem paixões políticas ou pessoais, esta ressurreição de uma «epopeia maldita» tem o mais alto valor histórico. Notavelmente informada, esta investigação equilibrada rompe a monotonia e a insipiência da tarefa do bibliógrafo que é obrigado a absorver milhares — dezenas de milhares — de páginas sem originalidade todos os anos.

Não abandonemos a Guiné portuguesa sem falarmos de um dito «romance», mas que é, de facto, uma extraordinária e notável reconstituição da realidade vivida pelos soldados portugueses em Guilege, esse inferno na fronteira oriental guineense, sob o fogo dos canhões de 120 mm do PAIGC. Ela é tanto mais notável quanto Manuel Arouca⁹ não parece ter conhecido a Guiné no seu crepúsculo caetanista. Tudo o que o autor narra sobre este país em guerra foi-lhe contado por um primo. Assim, encontramos Spínola, mas sobretudo o quotidiano de uma guarnição, ameaçada e rotineira, que só se «anima» com as escoltas dos comboios de provisões, a chegada do correio, a visita das senhoras do Movimento Nacional Feminino (mesmo em

⁹ Manuel Arouca, *Deixei o meu coração em África*, Cruz Quebrada-Dafundo, Oficina do Livro, 2006, 3.^a ed., 447 páginas.

Guilege?), os bombardeamentos de napalme, as emboscadas, as personalidades fortes, como a do capitão cabo-verdiano que comandava a companhia e que era o único patriota otimista neste posto português. Assistimos, em seguida, ao casamento em Gadamael Porto de um suboficial de Coimbra com a filha de um chefe fula: um caso de luso-tropicalismo que acabará mal (ao pisar uma mina, o marido perderá as duas pernas). Conhecemos também um soldado marxista que denuncia as operações em proveito do PAIGC e o herói do livro, um furriel, é adoptado por uma família balante cujos filhos gémeos são, um, um chefe de guerrilheiros e, o outro, um capitão dos comandos africanos portugueses. A obra abarca o período de 1968 a 1971. O maior problema do exército português prendia-se com o facto de serem raros — excepto entre as tropas especiais — aqueles que acreditavam verdadeiramente na utilidade daquilo que faziam. E não estavam, provavelmente, enganados.

Regressemos aos ensaios jornalísticos com Emídio Fernando e o seu *O último adeus português*¹⁰. Curiosamente, o autor, que nasceu em Vila Nova de Seles (Angola), baralha a cronologia, pois começa pelas relações entre as autoridades metropolitanas de 1975 e o MPLA, antes e um pouco depois da declaração de independência, e continua com a posição do Estado Novo face à descolonização, com as pressões internacionais e, finalmente, com a situação política em Angola de 1960 a 1974-1975. O livro apresenta muitos pormenores pouco conhecidos, nomeadamente sobre as informações fornecidas a Portugal pelos serviços secretos alemães e americanos que denunciaram os massacres de 15 de Março de 1961. Para este episódio de horror, o autor faz luz recorrendo às fontes orais africanas. Segundo o que afirma, foram mortos cerca de 300 a 500 europeus em dois dias (p. 154), o que parece bastante mais próximo da realidade do que aquilo que ainda hoje se diz em Portugal. No entanto, tenho as minhas dúvidas sobre os 8000 mortos africanos na Baixa de Cassange (p. 176). A utilidade desta obra é inegável, pois evoca as dúvidas de Salazar face à hipótese da independência, a rivalidade entre Adriano Moreira e o general governador de Angola, Venâncio Deslandes, os laços estreitos (e indiscutíveis) entre Savimbi e os portugueses no Leste, as soluções independentistas de Marcelo Caetano, a acção altamente contestada do almirante Rosa Coutinho em 1974. Não se trata de um trabalho polémico, mas o controlo das declarações nas entrevistas poderia ter sido reforçado, nomeadamente confrontando-as com as dezenas de obras em língua estrangeira, algumas das quais existem nas bibliotecas portuguesas (pelo menos em Lisboa). Apesar de tudo, trata-se de um texto muito útil.

¹⁰ Emídio Fernando, *O último adeus português [História das relações entre Portugal e Angola do início da guerra colonial até à independência]*, Cruz Quebrada-Dafundo, Oficina do Livro, 2005, 382 páginas, com fotografias a preto e branco.

O trabalho de Maria do Carmo Medina¹¹ é o de uma jurista totalmente devotada à causa dos nacionalistas urbanos angolanos, pertencentes ao MPLA ou que gravitavam em redor e nas células clandestinas, decididos a livrarem-se da tutela colonial nos finais dos anos 50 e posteriormente. O que lhe interessa é — a partir dos arquivos da Torre do Tombo e do 1.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa — desmanchar, do ponto de vista jurídico, o arsenal repressivo da PIDE relativamente aos seus prisioneiros políticos. É original, pois, aparentemente, ninguém antes dela investigou estes *dossiers*, que, a julgar pela qualidade das 252 páginas de fotocópias de documentos que constam do livro, correm o risco de se deteriorarem e mesmo de se desagregarem definitivamente. Essencialmente, o que a autora nos narra diz respeito, antes de mais, àquilo que é conhecido na história angolana como o «Processo dos 50». De facto, eles eram mais numerosos, existindo vários processos posteriores às primeiras detenções de 1959. Ela não tem nenhuma dificuldade em explicar que, como em todos os regimes autoritários e *a fortiori* totalitários, os opositores políticos não tinham muitas possibilidades de escaparem às condenações. A autora acompanha-os até dentro dos campos de concentração do Tarrafal (em Cabo Verde) e de outros em Angola. Com este texto é, portanto, a luta dos primeiros nacionalistas que é documentada e isto enquadra-se, evidentemente, no domínio da história.

Para outra visão do espelho crepuscular da Angola colonial, é importante dar uma atenção particular às recordações de Joaquim José Duro¹², pois este antigo administrador tem uma memória fora do comum. Nascido em 1919, desembarca — pobre como Job — em Luanda em 1937 e começa então uma carreira, primeiro como funcionário estagiário, depois como empregado bancário, para, finalmente, depois de sete anos de *aspirante* ou de *chefe de posto* provisório, vencer o concurso que oficializou as suas actividades de *chefe*. Não vamos segui-lo nas suas múltiplas funções desde o fundo da escala, em Vila Nova de Seles, até aceder, em 1971, a uma reforma médica, à qual se seguiu uma reorientação para o sector privado. O autor olha para Angola através de uns óculos bem cor-de-rosa e, ainda que tenha tido inimigos (entre eles o ex-governador general Freitas Morna, mais tarde administrador da Diamang, a quem ele recusou *contratados* forçados), defende a integridade profissional da maior parte dos seus colegas da administração no mato. No meio de um capítulo, apesar de civil, vemo-lo «mobilizado» como estafeta da 11.ª companhia indígena de Silva Porto, apanhado na

¹¹ Maria do Carmo Medina, *Angola: Processos políticos da luta pela independência*, Coimbra, Edições Almedina, 2005, 388 páginas.

¹² Joaquim José Duro, *Angola no coração de um minhoto*, Vila Nova de Cerveira, Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, 2004, 399 páginas, com fotografias a preto e branco.

repressão dos mucubais em Chongoroi. Porquê ele? Porque tinha uma moto. O exército colonial, durante a segunda guerra mundial, não nadava em dinheiro em Angola. Muitos anos depois reencontramo-lo no Libolo, onde se dá bem com os plantadores de sisal alemães, mas os *sobas* indígenas não querem fornecer *contratados*. Uma velha fonte de conflitos na África portuguesa. Nas suas deambulações e reminiscências administrativas há de tudo um pouco, incluindo cópias da correspondência enviada por Luanda para os Dembos nos anos de 1870-1875! E os relatos do ataque (5 de Janeiro de 1964) a Ambrizete pela UPA-FNLA e da visita do cônsul dos Estados Unidos, etc., não são fálhos de interesse. Em suma, o autor, sem provavelmente se dar conta, preenche uma das lacunas da bibliografia angolana, ao dar-nos a visão, não de um governador ou de um militar, mas de um simples «rei do mato», para utilizar uma expressão colonial francesa. E neste caso trata-se de uma visão eufórica e mesmo quase «paradisiaca». É um dos privilégios da idade poder seleccionar os momentos felizes da própria existência. Daí que seja um testemunho contrastante com o anterior.

*A War for People*¹³ não é de aconselhar aos partidários do MPLA ou da UNITA activos na savana sudoeste angolana durante a guerra colonial. A autora é uma socióloga ou antropóloga que interrogou os camponeses de várias etnias refugiados na Namíbia, tendo confrontado estes testemunhos com os arquivos da PIDE/DGS e do SCCIA. O que ressalta mais claramente é que a propaganda dos dois partidos nacionalistas estava bastante mais afastada da realidade do que a dos portugueses. Um camponês, neste tipo de conflitos, procura, antes de tudo, salvar a sua vida e a da sua família. A ideologia é secundária ou incompreensível. Desde logo, este texto honesto descreve as atrocidades cometidas tanto pelo MPLA como pelos portugueses e pelos seus Flechas bosquímanos que mataram todos os bantos que puderam (p. 172). Em geral, era preferível estar agrupado nos aldeamentos protegidos pelo exército colonial a estar nos campos do MPLA (p. 115). Os ataques feitos de helicóptero saldavam-se, a maior parte das vezes, em massacres de camponeses (p. 174) e no *slogan* «a vitória ou a morte» era a morte o que eles tinham de mais certo (p. 182). As execuções pelo MPLA não se baseavam nem na classe nem na raça, mas elas eram bem reais e, no mato, a palavra PIDE, traduzida localmente por Pita ou Peter, era sinónimo de matar (p. 178). Entre dois terrores, era necessário escolher o mal menor. A autora conclui: «O apoio popular ao MPLA nunca foi forte no Sudeste de Angola» (p. 194), o que não agrada a Basil Davidson e aos veneráveis *apparatchiks* que sobrevivem na Europa e em Luanda. Assisti-

¹³ Inge Brinkman, *A War for People. Civilians, Mobility, and Legitimacy in South-East Angola during the MPLA's War for Independence*, Colónia, Rüdiger Köppe Verlag, 2005, 256 páginas, com referências estatísticas e fotografias a preto e branco.

mos, para Moçambique e para Angola (e, provavelmente, o mesmo acontece para a Guiné), a uma reavaliação drástica dos velhos mitos nacionalistas pelos etnólogos estrangeiros. Os políticos nunca desconfiam o suficiente desses terríveis especialistas que passam um ou dois anos no terreno com o objectivo de demolirem anos de propaganda com a mesma minúcia de um juiz de instrução consciencioso. Ah, Potemkine! Eles são ainda mais perigosos do que os historiadores.

Outro trabalho universitário, este de Monika Heupel¹⁴, mostra, tal como aqueles que o precederam em inglês, que as guerras de sucessão pós-imperiais só se mantêm enquanto a violência é alimentada por exportações ilícitas e que, *ipso facto*, a paz só pode estabelecer-se quando esses financiamentos ocultos são cortados. A autora vai buscar os seus exemplos ao Camboja, à Serra Leoa, ao Afeganistão e, evidentemente, a Angola. Neste último caso, não se trata de madeira ou de droga, mas de diamantes. O espaço concedido a Angola é modesto (pp. 82-114) e a autora conduz a sua pesquisa de modo a incriminar a UNITA. Pelo contrário, no romance de Ulrich Wickert¹⁵ encontramos a situação inversa, dando o autor provas de um conhecimento, pouco habitual para um autor alemão, dos «interesses» internos malcheirosos do MPLA em França. Na verdade, o autor baseia-se nas convências, bem conhecidas e referidas pela imprensa, entre certos políticos franceses, comerciantes de armas, mercenários, negociantes duvidosos e oficiais e dirigentes do MPLA nos anos 90. Entre eles surgem um aventureiro corso, um juiz, agentes dos serviços secretos, crianças soldados, responsáveis angolanos que invocam espíritos, a UNICEF e diversas personagens adequadas a darem à narrativa uma base histórica.

Totalmente diferente e inesperado é um álbum¹⁶, considerado uma homenagem ao baobá angolano — esse misterioso *imbondeiro* que tanto fascina Madeleine Richard —, mas que pode, igualmente, ser considerado o testemunho simpático de uma francesa expatriada que viveu muitos anos em Luanda. Se pensarmos que vários milhares de cidadãos franceses têm, desde há várias décadas, trabalhado — com as suas famílias — para a sociedade ELF-Total em Angola, era inevitável que desses longos contactos «costeiros» surgisse um dia qualquer coisa mais literária do que um quadro estatístico sobre a produção de petróleo do país. Esta obra é composta por um

¹⁴ Monika Heupel, *Friedenskonsolidierung im Zeitalter der «neuen Kriege». Der Wandel der Gewaltökonomien als Herausforderung*, Wiesbaden, VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2005, 205 páginas.

¹⁵ Ulrich Wickert, *Die Wüstenkönigin. Der Richter in Angola*, Hamburgo, Hoffman und Campe, 2005, 303 páginas.

¹⁶ Annick Watson e Madeleine Richard, *Baobab, imbondeiro, mbondo*, Pau (França), Éditions Cacimbo, 2005, 112 páginas, com 42 ilustrações.

texto bilingue da autora e por aguarelas de Annik Watson. O interesse do seu esforço conjunto resulta da sua simpatia relativamente ao povo que sofre numa cidade monstruosamente cruel que se tornou ingovernável em razão da guerra.

E esta cidade de Luanda voltamos a encontrá-la num espantoso romance¹⁷. Porquê espantoso? Porque foi escrito em inglês e publicado na Cidade do Cabo por um refugiado mukongo criado no Zaire (1968) que regressa a Angola em 1991, via São Salvador/M'Banza Kongo, e que, sem dinheiro, teve de se integrar num dos *muceques* desta cidade impiedosa. A sobrevivência, os estratagemas para não morrer de fome, os riscos do exercício da política (como activista da UNITA), os massacres de 1992, etc., são descritos a partir de dentro. O autor foi preso em 1994, suspeito de pertencer à UNITA. Acusado pela polícia secreta de conspirar contra o Estado-MPLA, teve de fugir novamente, tendo escolhido a África do Sul por acreditar que, estando o *apartheid* morto, estaria no paraíso. Na verdade, desempregado, passou a vender e a falsificar passaportes roubados, o drama de milhões de emigrantes que deambulam de um país para o outro, procurando escapar à miséria. Mais de uma centena de páginas é consagrada à vida do povo numa Angola e numa capital entre duas guerras esmagada sob a massa de «regressados» (pouco queridos em Luanda) e de «deslocados». Este romance autobiográfico de um angolano «por azar de nascimento» é um documento importante sobre a difícil transição de uma cidade concebida por brancos — e mestiços — e transformada num caldeirão de bruxas para milhões de negros depois da independência. Para mais, o autor, baptista de religião, é um indivíduo educado! Para os iletrados, o futuro não está na escrita. O seu quotidiano não é uma ficção, mas uma dor. E estamos muito longe dos *imbondeiros*. Mesmo demasiado longe.

Para Moçambique, no fim da era colonial e no início da sua movimentada independência, registemos um testemunho¹⁸ muito interessante que resulta da experiência de um aviador rodesiano, o mesmo é dizer, de alguém que combateu durante anos no espaço aéreo moçambicano contra a FRELIMO e as tropas (ZANLA) do futuro ditador (Mugabe), que tinham feito de Moçambique a sua base de ataque em direcção ao Oeste. O autor tem uma memória — ou um diário — de uma precisão quase electrónica, pois esta imensa autobiografia militar absorve vinte e três anos de serviços (1957-1980), dos quais vários anos de operações em Moçambique (a partir de

¹⁷ Simão Kikamba, *Going Home*, Roggebaai/Cidade do Cabo, Kwela Books, 2005, 223 páginas.

¹⁸ P. J. H. Petter-Bowyer, *Winds of Destruction. The autobiography of a Rhodesian combat pilot*, Joanesburgo, 30° South Publishers, 2005, 392 páginas, com fotografias a preto e branco.

1968, na província de Tete). Sejam claros, como bom colonial britânico e profissional, batendo-se sem saída possível por uma Rodésia branca, o autor não tem em grande conta as capacidades e sobretudo a vontade de vencer das forças armadas portuguesas com quem contacta. Fortemente unida, a aviação rodesiana, apesar do seu material obsoleto, obtém sucesso na luta antiguerilha em África. Face a ela, os seus «aliados» dão-lhe a impressão de uma tropa enredada na rotina, na burocracia, na falta de combatividade e de imaginação, no formalismo dos oficiais que mal disfarçavam a falta de confiança na sua missão e a má coordenação terra/ar. O autor cita o caso das operações no corredor de Tete, onde os portugueses, concentrados à volta de Cabora Bassa, deixavam imensas regiões sem serem patrulhadas (pp. 145-150). A sua impressão sobre as operações a partir de Mueda em 1970 não é mais favorável. Em contrapartida, quando (1973) os SAS rodesianos intervêm a partir do aldeamento de Macombe, têm sucesso (pp. 203-207). A cooperação com os portugueses intensifica-se, mas Abril de 1974 (pp. 222-230) será um mês terrível para os rodesianos, que começam a sofrer as consequências dos tiros de mísseis em Moçambique.

Depois de 1976, as operações contra as bases moçambicanas da ZANLA intensificam-se. Elas são tão numerosas que não podemos pormenorizá-las aqui. No livro, o autor dedica uma centena de páginas a estas operações e vemos aparecer a RENAMO e mesmo um «célebre» ataque aéreo contra os nacionalistas da ZIPRA (rival da ZANLA) no Luso (Angola). Assim, este livro é indispensável para seguir — do outro lado do espelho — a história militar de Moçambique e de Angola.

Sejamos tolerantes com H. Terreiro Galha e o seu modesto trabalho¹⁹. Nascido em Lourenço Marques em 1922, fez o essencial da sua carreira na administração colonial. Esqueçamos a parte histórica, tal como poderia ter sido escrita entre 1930 e 1940, que é o reflexo de uma certa propensão de alguns portugueses para acreditarem que, cavando em três ou quatro livros totalmente ultrapassados, somos capazes de convencer os leitores de que vamos ensinar-lhes qualquer coisa, ainda que estes mesmos leitores possam entrar numa livraria e comprar os textos em português que lhes fariam compreender a diferença entre um amador e um profissional. O que este livro tem de interessante são, em primeiro lugar, as memórias de um autor que lutou contra os colonos que maltratavam e não pagavam aos seus empregados e contra os indo-paquistaneses que roubavam os seus clientes africanos e, em segundo, algumas páginas sobre um chefe local muçulmano de Mogincual (1957-1962), sobre um verdadeiro historiador (Alexandre

¹⁹ H Terreiro Galha, *Moçambique. Memórias de uma vivência abortada*, Lisboa, Prefácio, 2005, 145 páginas, com fotografias a preto e branco.

Lobato) que amava os arquivos e sobre um nacionalista mestiço, o advogado Willem Pott, que, sendo partidário da independência, acabou vítima da FRELIMO, sob Machel, tendo morrido pouco depois.

Se o autor precedente tivesse podido ler o *Atlas*²⁰, consagrado a Moçambique, do mesmo editor, talvez tivesse reorganizado a sua parte histórica. Ainda que não pretenda ser uma obra de fundo, este atlas está relativamente bem informado sobre a história, a política, a etnologia e a situação religiosa do país, contendo documentos muito úteis sobre a guerra colonial e mesmo sobre a guerra civil. Alguns mapas, infelizmente, não estão datados, outros não indicam as fontes em que se baseiam, mas, no conjunto, mesmo os especialistas encontram aí informações que ignoravam. Este não é um texto deliberadamente favorável aos regimes que Moçambique conheceu, o que constitui, por si só, uma vitória sobre a cegueira de alguns títulos, da esquerda e da direita. Apesar de tudo, uma leitura mais atenta das provas teria sido aconselhável.

Não sei se o livro que se segue²¹ deve ser incluído nas auroras ou nos crepúsculos democráticos, o que é certo é que os politólogos têm mais oportunidades de encontrarem um editor americano do que os historiadores. A situação do seu objecto evolui tão depressa que é preciso reformular as suas interpretações de quatro ou de cinco em cinco anos e, por vezes, até menos, o que desconcerta o leitor médio, mas favorece a prosperidade dos editores, ainda que tenha sido preciso esperar quatro anos para que as actas de um colóquio realizado em 2001 fossem postas à venda. Sobre os novos países considerados, um é Moçambique, outro a Guiné-Bissau, o que é muito lisonjeiro para os lusófonos, a quem foram dadas tantas páginas como aos anglófonos nesta recolha. Carrie Manning assinala, depois das eleições de 1999, uma certa abertura no seio da FRELIMO, mas que não chega a uma aceitação de perda de poder em benefício da RENAMO. As eleições de 2004 reforçam, segundo a sua análise, esta tendência. Joshua B. Forrest constata que, se a transição para o multipartidarismo em Guiné é um facto, os jogos políticos das elites urbanas parecem cada vez mais afastados das realidades do mato. Por outro lado, a personalização do poder — aquilo a que ele chama, por vezes, o bonapartismo de Nino Vieira e de Kumba Yalá — convida à prudência.

Às conceptualizações retroactivas do imprevisível oferecidas pelos politólogos podemos, por vezes, preferir um sólido trabalho de jornalismo de investigação. Com Manuel Acácio, temos um excelente exemplo desse tipo

²⁰ Pedro Cardoso (coord.), *Atlas da Lusofonia. Moçambique*, Lisboa, Prefácio, 2005, 94 páginas, com fotografias e mapas a preto e branco e a cores.

²¹ Leonardo A. Villalón e Peter VonDoepp (eds.), *The Fate of Africa's Democratic Experiments. Elites and Institutions*, Bloomington, Indiana University Press, 2005, VIII-324 páginas.

de trabalho²². Com ele, damos um enorme salto até Timor para encontrarmos, por fim, um livro em português sobre a resistência da FRETILIN e, sobretudo, sobre as suas tropas (as FALINTIL) que não faz a habitual propaganda dos comités de apoio. A obra é a favor dos seus amigos, mas não escamoteia os erros da FRETILIN, o seu dogmatismo marxista inicial, nem os massacres cometidos contra os seus adversários e os próprios camponeses (pp. 73-77). Acácio baseia-se nos arquivos, em documentos, em testemunhos e numa bastante boa bibliografia internacional. Ele lembra-nos como os anos de 1977-1978 foram trágicos. Os membros do Comité Central do partido desapareceram. De menos de 50, não há mais do que três nas montanhas. Os outros são mortos, foram capturados ou renderam-se (p. 87). Quando Xanana Gusmão reorganiza a resistência, não há mais do que 1500 homens no mato com apenas 500 armas. A partir da parte oriental da ilha (Los Palos, Tutuala, etc.), pequenas unidades móveis dirigem-se para o Centro e o Oeste. Mas as deserções sucedem-se. Alguns entram para as milícias pró-indonésias, outros tornam-se agentes duplos que regressam à resistência. Por volta de 1982, Xanana reorienta o Partido na direcção do nacionalismo, o que é compreendido pela maioria dos timorenses.

Nesta época (1983) há já 40 000 órfãos em Timor, tão violenta é a abjecta repressão indonésia. Quando a guerra termina, tendo começado com 27 000 homens armados, a resistência não tem mais do que 600 homens (dos quais somente 90 combatem desde o início) e 400 armas. Uma tal fraqueza fisiológica e uma tal diminuição dos efectivos e dos meios só dificilmente se encontram nos conflitos assimétricos dos nossos dias. Contrariamente aos seus camaradas luso-africanos, as FALINTIL não possuíam bases no exterior e, cada vez menos, fontes de financiamento e armamento. Decididamente, os seus melhores aliados eram a incapacidade e a brutalidade do exército indonésio, que tratava os timorenses como trata actualmente os papuas: como «sub-homens destinados a desaparecerem» antes da sua substituição por emigrantes javaneses e madureses. Se as autoridades de Jacarta tivessem conhecido melhor a história colonial portuguesa da ilha, talvez não tivessem cometido o erro de considerarem sociedades historicamente treinadas a defenderem-se dos estrangeiros como «simples» bosquímanos em vias de extinção. Mas quantos indonésios, civis ou militares, terão lido René Pélissier, *Timor en guerre. Le crocodile et les Portugais (1847-1913)*, Editions Pélissier, Orgeval, 1996, 368 páginas? Talvez, quando muito, três ou quatro, e não certamente os decisores políticos ou os operacionais. É nestas ocasiões que compreendemos a utilidade que um bom centro de

²² Manuel Acácio, *A última bala é a minha vitória. A história secreta da resistência timorense*, Cruz Quebrada-Dafundo, Oficina do Livro, 2005, 293 páginas, com fotografias a preto e branco.

documentação poliglota pode ter quando queremos «brincar» ao colonialismo tardio. Bom trabalho, sóbrio e indispensável.

*Colonial Armies in Southeast Asia*²³ é um livro que ultrapassa largamente as competências de um especialista da história timorense recente, pois nele encontramos referências à presença dos exércitos coloniais chineses no Sudeste asiático sob os Ming, aos «caçadores anamitas» entre 1883 e 1895, a uma sublevação das forças americanas estacionadas nas Filipinas em 1924 e nove outros textos igualmente eruditos e estimáveis. Não obstante, um capítulo intitulado «Colonial militias in East Timor from the Portuguese period to independence» tem o grande mérito de ter sido escrito por um historiador americano que trabalhou para a Amnistia Internacional (1989-1995) e foi administrador das Nações Unidas para os assuntos políticos em Díli em 1999. Daí que ele conheça bem estas milícias pró-indonésias por as ter visto em acção em Timor. O autor não tem qualquer dúvida de que elas são herdeiras de uma longa tradição portuguesa que se traduzia na utilização de supletivos indígenas para reforçarem os magros contingentes regulares enviados por Lisboa, como era o caso dos «grumetes» para a Guiné e dos «moradores» para Timor! Curiosamente, para documentar a sua tese sobre esta filiação histórica, o autor não cita qualquer fonte portuguesa do período colonial, ignorando mesmo completamente o meu texto, já anteriormente citado, que lhe teria proporcionado centenas de páginas de confirmação. Será possível que este livro seja desconhecido nas riquíssimas bibliotecas da Universidade da Califórnia em Los Angeles? É pouco provável. Então o que se passa? Quando conhecemos a proliferação de textos anglófonos sobre Timor, interrogamo-nos se a sua cegueira relativamente às fontes portuguesas será voluntária. De qualquer maneira, recomendaremos *Colonial Armies in Southeast Asia* a todos os que se interessam por Timor Leste, não nos deixando enredar pelo sectarismo documental.

Recomendamos igualmente um trabalho universitário²⁴ que pertence a uma categoria que parece ir de vento em popa em Portugal: os estudos sobre os *media*. Uma tese de mestrado sobre Ciências da Comunicação consagrada à informação sobre Timor emanada da imprensa escrita e audiovisual revela um fenómeno curioso: a ignorância ou o desinteresse tradicional de Portugal pela sua mais longínqua colónia, que se prolongou de 1975 até 1989. Depois desta data, um entusiasmo artificial emerge com a visita do papa (quatro horas) a Díli em Outubro de 1989, tendo o ponto culminante sido, evidentemente, os massacres e as intervenções da ONU em 1999. Analisando a

²³ Karl Hack e Tobias Rettig (eds.), *Colonial Armies in Southeast Asia*, Abingdon (Inglaterra), Routledge, 2006, xviii-334 páginas, com fotografias a preto e branco.

²⁴ Rui Marques, *Timor-Leste: O Agendamento Mediático*, Porto, Porto Editora, 2005, 287 páginas.

frequência e os conteúdos das notícias e reportagens transmitidas, assim como o papel dos principais jornalistas portugueses e estrangeiros que noticiaram os acontecimentos em Timor, entrevistando depois em Díli, em 2004, Xanana Gusmão e o grande organizador da informação a favor da luta da FRETILIN durante 25 anos, o célebre Ramos-Horta, Rui Marques realizou bem a sua missão. Resta saber se esta efervescência mediática não será sol de pouca dura, cuja origem está num sentimento de culpabilidade pós-imperialista. Aguardemos o que se segue.

Por fim, terminamos ainda mais a oriente, com um país que, tendo sido uma colónia, depois um domínio britânico e, finalmente, o protector de algumas ilhas herdadas do império alemão, nunca teve relações permanentes com Timor. Neste caso, nem aurora nem crepúsculo, mas uma forte intervenção da Nova Zelândia na ilha em 1999 permitiu a Stephen Hoadley produzir um estudo original²⁵ sobre a ajuda prestada pela Nova Zelândia na manutenção da paz e no desenvolvimento de Timor. Cinco dos seus soldados chegaram mesmo a ser mortos. Na insignificância geopolítica actual dos arquipélagos oceânicos, só o Havai (EUA), a Austrália e a Nova Zelândia têm poder suficiente para influenciarem — mais ou menos — o curso dos acontecimentos no Sudeste asiático. Com o aumento de poder de uma China que manteve relações económicas com Timor, e isto durante séculos, talvez sejamos surpreendidos pelas ilhas de Sonda nos próximos anos. O petróleo não serve apenas para alumiar velhas lâmpadas nos museus coloniais. Por vezes, ilumina igualmente novas auroras.

Redigido em Janeiro de 2006.

Tradução de Carla Araújo

²⁵ In Anthony L. Smith (ed.), *Southeast Asia and New Zealand*, Singapura, Institute of Southeast Asian Studies, 2005, xiv-392 páginas.